



PROCESSO TC Nº 03882/22

Natureza: PCA - Prestação de Contas Anuais

Jurisdicionado: Câmara Municipal de Itatuba

Gestor: Aécio Cavalcante de Medeiros

Exercício: 2021



EMENTA: Direito Constitucional e Administrativo. Câmara Municipal de Itatuba. Prestação de Contas Anuais. Exercício de 2021. Verificação de cumprimento de decisão por parte da Auditoria. Arquivamento dos autos.

PARECER 01118/24

A fim de garantir maior acessibilidade e velocidade de comunicação, as manifestações deste gabinete passam a incorporar algumas ferramentas visuais. O ícone acima indica que esta manifestação inclui um parecer de mérito pelo arquivamento dos autos.

Trata-se do **exame de cumprimento de decisão** no bojo da **Prestação de Contas Anual**, relativa ao exercício de **2021**, do Sr. **Aécio Cavalcante de Medeiros** – gestor da **Câmara Municipal de Itatuba**. Após proferido o Acórdão AC2 TC 00765/23¹ (fls. 253/263), a Auditoria confeccionou o relatório de cumprimento de decisão às fls. 332/334, concluindo nos seguintes termos:

¹ Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos da PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO DO ORDENADOR DE DESPESAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITATUBA - PB, Sr. Aécio Cavalcante de Medeiros, relativa ao exercício financeiro de 2021, acordam, por unanimidade, os Conselheiros integrantes da 2ª Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA TCE/PB, em sessão realizada nesta data, na conformidade do voto do relator, com fundamento no art. 71, inciso II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, no art. 71, inciso II, da Constituição do Estado da Paraíba, bem como no art. 1º, inciso I, da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (Lei Complementar Estadual n.º 18, de 13 de julho de 1993), pelo(a):

a) regularidade das contas de gestão da Câmara Municipal de Itatuba, sob a responsabilidade do senhor Aécio Cavalcante de Medeiros, referente ao exercício financeiro de 2021 e b) envio de alerta às atuais Câmaras Municipais do Estado da Paraíba, para que, ao fixarem os subsídios para as próximas legislaturas, atentem para o cumprimento dos requisitos constitucionais e infraconstitucionais, possibilitando o pagamento integral dos valores expressos na norma, que somente poderão sofrer acréscimo em caso da revisão geral anual, nos termos do inciso X do art. 37 da CF/88, ou, excepcionalmente, decréscimo quando houver extrapolação ao limite de despesa com pessoal ou com folha de pagamento, quando deverão ser tomadas as medidas previstas para adequação dessas despesas, insertas no art.169, §§ 3º e 4º, da CF/88.



PROCESSO TC Nº 03882/22

Diante dos fatos expostos, esta Auditoria entende que o item b, do Acórdão AC2 TC Nº 0765/23 foi devidamente cumprido, sugerindo, portanto, o arquivamento dos presentes autos.

Em seguida, vieram os autos a este Procurador de Contas para pronunciamento.

É o relatório. Passo a opinar.

A obrigação de prestar contas decorre de expressa determinação constitucional, tendo como destinatário qualquer pessoa que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre recursos públicos. O Tribunal de Contas, ao exercer sua função no controle externo das contas públicas, verifica, sob os aspectos contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial, o cumprimento da legislação pertinente, a fim de que os recursos colocados à disposição do administrador sejam utilizados com a máxima eficiência.

Como descrito no relatório técnico exarado pela Auditoria às fls. 332/334, o Acórdão AC2 TC 00765/23 restou cumprido.

Assim, sem maiores delongas, ante o cumprimento da decisão consubstanciada no Acórdão AC2 TC 00765/23, impõe-se o arquivamento dos autos.

É como opino.

João Pessoa, 22 de julho de 2024.

Marcílio Toscano Franca Filho, Prof. Dr. Jur
Procurador-Geral do MPC/PB

Assinado em 22 de Julho de 2024



Marcílio Toscano Franca Filho
Mat. 3703487
PROCURADOR(A) GERAL